

**Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação-Geral de Normatização e Programas**

**ATA DE REUNIÃO DO GRUPO TRIPARTITE TEMÁTICO DA NR – 24**

20ª Reunião Ordinária

Data: 17 de outubro de 2017

**Local: FIRJAN – Auditório – Av. Graça Aranha nº 1 – Centro / Rio de Janeiro/RJ**

**PRESENTES:**

Bancada de Governo

MTb: Rafael Guiger, Silvio Carlos Andrade da Silva e Valdir Oliveira Silva.

FUNDACENTRO: Swylmar dos Santos Ferreira

Bancada de Trabalhadores

NCST : Juscelino Medeiros

Bancada de Empregadores

CNC: Luis Sérgio Soares Mamari

CNI: José Luiz Pedro de Barros e Reinaldo Damacena

CNT: Danielle Silva Bernardes e Marcos Bicalho

1 A 20ª Reunião do Grupo de Trabalho Tripartite - GTT da NR-24 iniciou-se às 09:00 horas do  
2 dia 17 de outubro de 2017. O representante e coordenador da bancada do Ministério do  
3 Trabalho, Silvio Carlos Andrade da Silva, assumiu a coordenação dos trabalhos da reunião.  
4 Inicialmente, passou-se a leitura da ata da 18ª e 19ª reuniões, sendo que após algumas  
5 correções no texto, foi aprovada e assinada pelos participantes. A bancada patronal  
6 justificou a ausência nesta reunião do seu membro efetivo no GTT, Paulo Rogério de Araujo  
7 da CNA, devido o mesmo estar hoje participando de reunião da NR-35 - Trabalhos em Altura.

8 As discussões foram iniciadas pelas correções do texto e referência entre itens do corpo  
9 da norma.

10 No item 24.1 - Abrangência, para o subitem 24.1.3 foi sugerido e aprovado o seguinte texto:  
11 "Nos casos em que houver regulamentação específica ou norma setorial estabelecendo  
12 condições mínimas regulamentares por esta NR, prevalecerá a regulamentação específica ou  
13 a NR setorial". Para o subitem 24.1.4 foi sugerido pela bancada patronal o seguinte texto:  
14 "Esta norma não se aplica a "instalações provisórias em acampamentos", porém não houve  
15 consenso e esse subitem não foi incluído.

16 No item 24.2 - Instalações sanitárias, na alínea "h" do subitem 24.2.4, foi sugerido e  
17 aprovado que o estudo técnico para distâncias máximas às instalações sanitárias poderão ser  
18 feitos pelo SESMT ou por outro profissional da área de SST, na ausência de SESMT na  
19 empresa.

20 No item 24.4 - Vestiários, no subitem 24.4 foi sugerido e aprovado substituir a expressão  
21 "armários de um compartimento" por "armários simples". No subitem 24.4.5 foi sugerido e  
22 aprovado padronizar a expressão "roupas comuns de uso pessoal do trabalhador" em todos  
23 os itens em que ela aparecer na norma.

24 No item 24.6 - Cozinhas, no subitem 24.6.5 foi sugerido substituir a expressão  
25 "permanentemente ventiladas" por simplesmente "ventiladas" para os depósitos de  
26 recipientes de gases inflamáveis, com aprovação unânime.

27 No item 24.7 - Alojamentos, no subitem 24.7.2.1 foi aprovada a correção da unidade de  
28 densidade, quando cita a densidade 28 do colchão, a unidade correspondente de medida  
29 correspondente: de Kg/m<sup>2</sup> (quilograma-força por metro quadrado) por Kg/m<sup>3</sup> (quilograma  
30 por metro cúbico). No subitem 24.7.5 foi sugerido e aprovado substituir a expressão  
31 "alojamento" por "dormitório".

No item 24.10 - Vestimentas, no subitem 24.10.1 foi sugerido e aprovado substituir a expressão “roupas de uso pessoal” por “roupas comuns de uso pessoal do trabalhador”, como no subitem 24.4.5.

No item 24.11 - Disposições Gerais, no subitem 24.11.6 não houve consenso sobre aplicação das normas de acessibilidade, no tocante sobre qual norma prevaleceria em ordem cronológica de data de publicação, se a Lei nº 10.098, a Lei nº 9050 ou a NBR 13.146. Após vários debates, não houve consenso entre as bancadas, ficando para a SIT arbitrar.

No item 24.12 – Glossário – foram incluídas, por consenso, as seguintes definições: 1. “Norma Regulamentadora Setorial”: aquela constante, da Port. 3214/78 e suas alterações, que regulamentam as condições de SST em determinado setor econômico (Ex.: NR-18, 22, 29, 30, 31, 36, etc.); 2. “Regulamentação Técnica Específica”: emitida por órgão ou agência nacional reguladora (Ex.: Ministério da Saúde, da Agricultura, ANVISA, CONTRAN, etc.); 3. “Dormitório”: conjunto de quartos para hospedagem de trabalhadores e 4. “Roupas comuns de uso pessoal do trabalhador”: conjunto de peças que compõe do vestuário do indivíduo trabalhador, de uso cotidiano e rotineiro, enquanto ente social.

A seguir passou-se a discussão do Anexo III de Transporte Público Coletivo Urbano Rodoviário em Atividade Externa. Foi sugerida e aprovada a exclusão do subitem 2.1.3.1 que versa sobre o fornecimento de recipientes com 20 litros de água. Foi mantido somente o subitem 2.1.3 que prevê fornecimento de 0,25 litros de água por hora por trabalhador, substituindo-se deste item, a obrigatoriedade para fornecimento nos “loais de parada”, por “pontos iniciais e finais e nos terminais”. No subitem 2.3 foi aprovada a substituição da expressão “não deve representar ônus para o trabalhador” pela expressão “não deve ter custo para o trabalhador”.

A reunião foi interrompida às 13:00 horas e reiniciou os trabalhos às 14:00 horas.

No item 24.13 - Disposições Transitórias – iniciou-se a discussão para definição dos prazos para vigência da norma NR-24. As planilhas que haviam sido acordadas anteriormente pelas bancadas não eram as mesmas que foram apresentadas nesta reunião. As planilhas da bancada patronal tinham vários itens diferentes das que estavam com a bancada de governo e dos trabalhadores. Por exemplo, itens que estavam assinalados CP (com prazo) na bancada patronal vigorava CR (com reforma), e/ou vice versa.

Após acaloradas discussões e questionamentos não só sobre que planilhas valiam, como também a discordância entre bancadas de governo e de trabalhadores, contra a de

empregadores no que diz respeito às normas de acessibilidade, que antecedem a NR-24 em pauta e já em vigor, forma infrutíferas as tentativas de acordo e por esse motivo as bancadas decidiram que não seriam discutidos os prazos neste momento. Desta forma, dar-se-ia celeridade ao processo de aprovação da norma e encerramento das discussões, decidindo-se pela liberação do texto final aprovado, para encaminhamento e apreciação na próxima reunião ordinária da CTPP na SIT, no Ministério do Trabalho e dado como concluídos os trabalhos do GTT da NR-24. Este GTT considerou o texto concluído e aprovado da forma que se encontra.

O representante da bancada patronal, Luis Sérgio Soares Mamari, fez a sugestão, que foi aceita por todos, que o GTT oficializasse solicitação à CGNOR do Ministério do Trabalho, para a criação de uma Comissão Nacional - CNTT, para acompanhamento da implantação da nova NR-24. Deu-se por encerrada a reunião às 17 horas.

Assinam a ata:

Danielle Silva Bernardes \_\_\_\_\_

José Luiz Pedro de Barros \_\_\_\_\_

Juscelino Medeiros \_\_\_\_\_

Luis Sérgio Soares Mamari \_\_\_\_\_

Marcos Bicalho \_\_\_\_\_

Rafael Giger \_\_\_\_\_

Reinaldo Damacena \_\_\_\_\_

Silvio Carlos Andrade da Silva \_\_\_\_\_

Swylmar dos Santos Ferreira \_\_\_\_\_

Valdir Oliveira Silva \_\_\_\_\_